

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR

Boletim de Serviço 2021



Profa. Dra. Marcele Regina Nogueira Pereira
Reitora

Prof. Dr. José Juliano Cedaro
Vice-Reitor

Elyzania Torres Tavares
Chefe de Gabinete

Me. Verônica Ribeiro da Silva Cordovil
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. George Queiroga Estrela
Pró-Reitor de Planejamento

Charles Dam Souza Silva
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Neiva Cristina de Araujo
Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

Prof. Dr. Artur de Souza Moret
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Sandro Adalberto Colferai
Assessor de Comunicação



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATO DECISÓRIO Nº 3/2021

Recurso contra resolução 309/2021/CONSEA, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação

O Conselho Universitário (CONSUN), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições, e considerando:

- Regimento interno do CONSUN, art. 40, parágrafo único;
- Processo 999055403.000018/2020-54;
- Recurso encaminhado no documento 0645073;
- Parecer 2/2021/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do relator conselheiro José Juliano Cedaro (0693025);
- Despacho decisório 3/2021/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (0752509);
- Deliberação na 128ª sessão Plenária do CONSUN, em 02/09/2021 (0751956).

DECIDE:

Art. 1º Negar provimento ao recurso impetrado pela conselheira Walterlina Barboza Brasil, nos termos do parecer 2/2021/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (0693025) e do despacho decisório 3/2021/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (0752509).

Art. 2º Este Ato Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheira Marcelle Regina Nogueira Pereira
Presidente do CONSUN



Documento assinado eletronicamente por **MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA, Presidente**, em 08/09/2021, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0752820** e o código CRC **BEC4F495**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

PARECER Nº 2/2021/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 999055403.000018/2020-54
INTERESSADO: PROCEA, PROGRAD
ASSUNTO: Regulamento da curricularização das atividades de extensão na UNIR.

I. RELATÓRIO

Trata-se do recurso apresentado pelo Núcleo de Ciências Humanas (NCH), por meio da Conselheira Walterlina B. Brasil contra a Resolução 309 do Consea, de 31 de março de 2021 (0637253), a qual regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

No Parecer 6/2020/CAMPE/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, da Conselheira Isaura Isabel Conte (0514494, e no parecer-vistas 1/2021/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNR, da Conselheira Walterlina Barboza Brasil (0618648), constam as descrições dos documentos até então apensados a este processo.

Por meio do Despacho Consun 0663272 a Presidente do Consun me designou como relator para analisar o recurso.

Por meio do Despacho Consun 0663384 encaminhei em diligência para Prograd e Procea se manifestarem "acerca das implicações de uma eventual substituição da Resolução nº 309/Consea, de 31 de março de 2021 (0637253) pela proposta apresentada pela conselheira recorrente."

A Prograd e a Procea responderam por meio do Despacho 0663384 apontando quais itens sugeridos pelo recurso poderiam ser acatados e quais deveriam ser mantidos nos termos da Resolução 309/2021 do Consea.

Com base em tais informações elaborei uma minuta substitutiva (0693021) para ser analisada por este Consun, salientando que antes de concluir o parecer me reuni com as equipes da Prograd e da Procea, além de ter encaminhado a minuta, por e-mail, para a Conselheira recorrente para eventuais sugestões ou contribuições.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Um primeiro ponto a destacar é o interesse louvável sobre o assunto que, por consequência, tem gerado vários debates em torno da curricularização da extensão na UNIR. Penso que isso demonstra uma valorização de uma das bases do ensino superior e uma preocupação em dar retorno para a sociedade com conhecimento solidificado e, assim, tenhamos melhores meios de ajudar no desenvolvimento da coletividade dentro de parâmetros humanistas e que valorize o bem-estar coletivo.

A questão principal do recurso apresentado seria a respeito de que a Resolução aprovada pelo Consea

limitaria o processo de curricularização em Atividades, impossibilitando uso de créditos de disciplinas como fazem outras instituições de ensino e que tal escolha implicaria em mais trabalho para os departamentos acadêmicos, pois estarão obrigados a rever os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Cabe o registro que independente da escolha que iremos fazer, as alterações nos PPCs deverão ocorrer. De uma forma ou outra, dentro dos limites já estabelecidos em Lei e demais normativas correlatas, faz-se necessário ajustar pelo menos 10% da carga horária de cada curso, sem que haja aumento de horas a serem cumpridas pelos estudantes. Logo, tamanha alteração implica necessariamente rever todo projeto, pois afetará ementas e vários componentes curriculares.

No art. 4º da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/CNE, afirma-se:

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

De tal modo, mesmo que se opte por crédito das atividades de extensão nas disciplinas haverá a necessidade de fazer ajustes e detalhar nos respectivos PPCs como isso será feito. Cabe ressaltar que muitos cursos precisam ajustar seus projetos em função de atualização de suas respectivas DCNs ou para melhor se adequarem às mudanças das ferramentas de avaliação do INEP, promovidos pelo Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e Portaria Normativa MEC Nº 19, de 13 de dezembro de 2017. Há de mencionar também a Portaria MEC Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que trata da oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior, podendo ser uma alternativa para mitigar os problemas de aglomeração social trazidos pela pandemia que, por sua vez, poderá se estender ou retomar em breve devido a outro agente causal. No tocante aos cursos de licenciatura, há de mencionar a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, implicando também em ajustes nos projetos pedagógicos desses cursos. Portanto, há uma necessidade de mudanças nos PPCs da UNIR por várias razões, e o ajuste à curricularização da extensão é apenas mais uma delas. Significa que nos próximos meses deveremos focar nessas ações, que por sua vez nos ajudaram a construir um novo Projeto Pedagógico Institucional/PPI e um novo Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI, mais antenados com o porvir.

Sabemos que alterar os PPCs costumam ser um processo penoso e demorado dentro da nossa instituição, passando por pelo menos seis instâncias, com várias idas e vindas. Em muitos casos já foi preciso convalidar ações promovidas por departamentos acadêmicos que ignoraram ou contrariaram a legislação em vigência, trazendo alguns prejuízos, como perda de tempo, retrabalho e problemas para a imagem da Universidade. Portanto, um dos nossos desafios mais urgentes é ajustar o Regimento Geral da UNIR, o Regimento Interno do Consea e a Resolução 278 do Consea, de 04 de junho de 2012, para criar um fluxo de trabalho que permita executar as atualizações desses documentos de modo mais célere e dentro dos parâmetros e necessidades dos novos tempos.

Todavia, em relação à curricularização da extensão devemos lembrar que foi definida pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação 2014-2024), que estabeleceu no tocante ao cumprimento de uma estratégia, dentro da meta de expandir as matrículas na educação superior (meta 12), assegurando no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. Na já citada Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que apresentou as diretrizes para essa estratégia, estabeleceu-se em seu artigo 19 que as instituições de ensino superior teriam o prazo de até três anos para a implantar suas disposições, tendo sido prorrogado por mais um ano, devido à pandemia, mediante a publicação da Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020. Portanto, temos até dezembro de 2022, salvo novas

mudanças, para regulamentarmos internamente e implantarmos essa ação.

A questão do debate trazido pelo recurso contra Resolução 309/Consea/2021 é a disposição dessa norma para que as ações extensionistas ocorram sob a forma de Atividades não incluindo outros componentes curriculares como disciplinas, estágios ou TCCs, como fazem algumas IES.

No decorrer do processo desta Resolução que ora debatemos conta com oito minutas construídas no decorrer reuniões, consultas e pareceres. O Consea, ao analisar essas proposições optou por considerar as atividades de extensão como carga horária e não como créditos, pois é desta forma que estão organizados os nossos PPCs, tal como cita o despacho 0671767: "... o Parecer CNE/CES Nº 261/2006 dispõe que a CH total do curso é mensurada em horas". Além disso, nosso sistema de gerenciamento acadêmico (SIGAA) os componentes registrados como "atividades" possuem maior flexibilidade, permitindo inclusive ações no período de férias ou recessos, e menos problemas em caso de greve ou situações que levem à suspensão ou cancelamento da Calendário Acadêmico.

A opção por Atividades computadas como cargas horárias também facilitará o registro e o monitoramento da evolução de cada estudante a respeito do total de ACEX que precisará cumprir para concluir o seu curso, seguindo um procedimento que já é realizado em relação às Atividades Curriculares Complementares (ACCs).

Ao contrário do que se argumenta, a execução das ACEX mediante atividades com carga horária oferece maior flexibilidade para os cursos articularem essas ações com projetos de pesquisa ou com outros componentes curriculares, porém deixando evidente e transparente o limite de cada um deles. Com isso, espera-se evitar que haja sobreposições e misturas de tarefas, que ao invés de promover um entrelaçamento do ensino/pesquisa/extensão, podem gerar confusão de papéis e prejuízos para a formação acadêmica.

No tocante aos argumentos apresentados no recurso de que não caberia menção às pós-graduações, saliento que consta apenas no artigo 11 o seguinte dispositivo: "Art. 11 Os cursos de pós-graduação também poderão, a seu critério, inserir os componentes de atividades de extensão nas suas estruturas curriculares." Portanto, está se respeitando a autonomia dos programas e seus respectivos projetos pedagógicos, bem como as exigências avaliativas da CAPES que considera fundamental a inserção social de docentes e estudantes do stricto sensu. Ou seja, ao promoverem inserção social, os programas de pós-graduação poderão (ou não) executarem ações extensionistas, talvez articulando com as atividades dos cursos da graduação.

Por fim, apresento um resumo dos itens da minuta substitutiva (0693021, a qual acolhe em parte a proposta do recurso (0645217) e a minuta apresentada pela Procea/Prograd (0674455).

1. §3º do Art. "6º *"A análise e o registro das ACEX dos discentes serão de responsabilidade do chefe de departamento ou servidor por ele designado, conforme capacidade operacional da unidade e possibilidade técnica do sistema de gerenciamento acadêmico da UNIR"* Como o SIGAA limita apenas ao chefe de departamento, vice-chefe e secretario essa função, cria-se a possibilidade de que outro servidor seja designado quando for possível fazer esse ajuste no citado Sistema.
2. §2º do Art. 12 *"Caberá ao NDE de cada curso propor um plano de adaptação para os estudantes que estiverem em atividades quando ocorrer a mudança do PPC, incluindo os que vierem a ser reintegrados ou transferidos, definindo se passarão por creditação de extensão para a conclusão do curso, ou se deverão cumprir as exigências do PPC anterior sem a curricularização da extensão."* A Resolução define que alunos ingressantes deverão obrigatoriamente cumprir a curricularização. No entanto, a questão é a respeito de alunos em curso, situações de retenção, trancamentos, reintegrações e até transferências. Para esses casos caberá a cada curso definir um plano de adaptação que melhor se ajuste à capacidade de oferta da unidade.
3. *"Art. 13. As atividades de extensão poderão ocorrer no formato remoto desde que haja amparo por normativas do MEC e condições técnicas para serem desenvolvidas"* As atividades de

extensão se caracterizam por ações presenciais, inclusive para cursos EaD. Mas, as experiências na pandemia mostraram alternativas, inclusive na área da saúde. De tal modo, é importante prever que possam ocorrer ações de forma on line, desde que amparadas e regulamentadas.

4. “Art. 14. A Procea e a Prograd elaborarão uma Instrução Normativa para regulamentar a operacionalização das ACEX em até 90 (noventa) dias depois da publicação desta Resolução.” Na Resolução em vigência estabeleceu um prazo de 30 trinta dia para a publicação de uma Instrução Normativa, obrigando as unidades competentes a publicarem esse tipo de documento orientativo mesmo havendo um recurso. Entendo que um prazo mais dilatado permitirá melhor ajuste das regras que irão orientar um processo que vai impactar toda a universidade.
5. “Art. 15. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação deverão ser atualizados para atender esta Resolução e aprovados no Consea até o dia 19 de dezembro de 2022, salvo a publicação de nova regulamentação sobre o assunto pelo MEC.” Para atender a Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020.
6. “Art. 16. Os casos omissos sobre a curricularização da extensão, não previstos nesta Resolução, serão resolvidos pela Procea ou pela Prograd, conforme competência regimental, ou pelo Consea.” Sugere-se que situações não previstas, de pequena monta, possam ser resolvidas pela Procea ou pela Prograd sem precisar recorrer ao Consea. Para casos de maior envergadura, sobretudo se houver previsão regimental de manifestação daquele conselho, caberá o encaminhamento.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto na Fundamentação voto pela rejeição do recurso apresentado pelo Conselho do Núcleo de Ciências Humanas, por meio da Conselheira Walterlina Barboza Brasil (0645091, 0645211, 0645217), e manifesto parecer favorável à aprovação da minuta de Resolução 0693021.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JULIANO CEDARO, Conselheiro(a)**, em 19/06/2021, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0693025** e o código CRC **5130D880**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 3/2021/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 999055403.000018/2020-54

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



Conselho Universitário (CONSUN)

Assunto: Recurso contra resolução 309/2021/CONSEA - Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação

Parecer: 2/2021/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do Conselheiro José Juliano Cedaro

Decisão do Plenário:

Na 128ª sessão ordinária do CONSUN, em 02/09/2021, por 24 votos favoráveis e 13 contrários, o Pleno aprovou o parecer em tela, cujo relator é de parecer "pela rejeição do recurso apresentado pelo Conselho do Núcleo de Ciências Humanas, por meio da Conselheira Walterlina Barboza Brasil (0645091, 0645211, 0645217), e manifesto parecer favorável à aprovação da minuta de Resolução 0693021."

Ato contínuo, o conselheiro Jonas Cardoso propôs emenda aditiva ao artigo 12, parágrafo 3º, da minuta: "Que PROCEA e PROGRAD fiquem responsáveis por soluções de extensão para os Cursos da UNIR que não conseguirem cumprir a resolução." Em votação, por 14 votos favoráveis e 13 contrários e 10 abstenções, o Pleno aprovou a supracitada emenda.

Conselheira Marcele Regina Nogueira Pereira

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA, Presidente**, em 08/09/2021, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0752509** e o código CRC **1064218A**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER Nº 13/2021/CAMAOF/CONSAD/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 99991580.000027/2018-99
INTERESSADO: ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
ASSUNTO: Convênio UNIR - FUNDAPE
RELATOR: Conselheiro José
Otavio Valiante

I. RELATÓRIO

Consta do presente processo os seguintes documentos:

1. Certidão de anexação de Processo do SINGU 1561 - 0015800;
2. Processo 23118.001474/2017-11 - 0016028;
3. Ato Decisório 222/CAOF/CONSAD - 0016029;
4. Resolução 204/CONSAD - 0016031;
5. Despacho SECONS - 0016032;
6. Despacho SGR - 0024363;
7. Termo de Declaração Resposta ao Despacho SGR - 0034496;
8. Despacho DAA-PVH - 0034497;
9. Despacho SGR - 0034600;
10. Despacho NUCSA - 0059603;
11. Ata 83ª sessão do CONSAD - 0061458;
12. Ofício 23 - 0061489;
13. E-mail - 0061741;
14. Despacho SGR - 0062772;
15. Portaria conjunta - 0130759;
16. Ofício Fundape - 0130762;
17. Documento SESU-MEC - 0130768;
18. E-mail FUNDAPE - 0312258;
19. Ofício Of.271/2019 FUNDAPE término da autorização 04/2020 - 0312263;
20. E-mail UNIR/FUNDAPE - 0312754;
21. Despacho GAB-UNIR - 0321324;
22. Certidão SICAF - UNIR - 0322942;
23. Certidão TRIBUTOS FEDERAIS E PREVIDENCIÁRIOS - 0323575;
24. Certidão TRABALHISTA - 0323576;
25. Certidão REGULARIDADE FGTS - 0323578;
26. Resolução 178 - 0327310;
27. Ofício 2 - 0327382;
28. Portaria de credenciamento da FUNDAPE - 0327492;
29. CNPJ FUNDAPE - 0327493;

30. Estatuto FUNDAPE - 0327496;
31. Certidão Negativa RFB FUNDAPE - 0327502;
32. Certidão Negativa SEFAZ-AC - FUNDAPE - 0327503;
33. Certidão Negativa Prefeitura - FUNDAPE - 0327507;
34. Certidão Negativa TRT-AC - FUNDAPE - 0327511;
35. Certidão Negativa TJ-AC - FUNDAPE - 0327514;
36. Certidão Negativa FGTS - FUNDAPE - 0327518;
37. Resolução n.º 204/2019 - CONSAD UNIR - 0327521;
38. Comprovante de envio do Ofício nº 02/2020/SGR - 0327908;
39. Ofício Nº 29/2020/GAT/CGLNES/GAB/SESU-MEC - 0370057;
40. Ofício nº 7/2020/REITORIA/UFAC - 0370059;
41. Ofício 35 - 0370060;
42. Comprovante de envio - 0370980;
43. Portaria conj. nº 30-MEC/MCTIC-DOU 06.04.2020 prazo - 0404641;
44. Ofício 15 - 0404650;
45. E-mail comprovante de envio do Ofício 15/2020/GAB-UNIR - 0404974;
46. E-mail CONSAD - 0422424;
47. E-mail CONSAD - 0422426;
48. Certidão CONSAD - 0423534;
49. Despacho SECONS - 0428629;
50. E-mail - 0581710;
51. Ofício Nº 007/2021 - 0581715;
52. Despacho GAB-UNIR - 0582582;
53. Despacho ASS-Reitoria - 0582799;
54. Despacho GAB-UNIR - 0582898;
55. Decreto 7.423 de 31 dez 2010 - 0582937;
56. E-mail GAB-UNIR - 0582997;
57. Despacho CONSAD - 0589732;
58. Resolução 299 - 0594602;
59. E-mail recebimento do Relatório de Gestão FUNDAPE - 0595481;
60. Relatório de Gestão FUNDAPE - 0595484;
61. Despacho SEC-PROPLAN - 0595688;
62. Despacho GAB-UNIR - 0595924;
63. Certidão - SICAF_09.02.2021 - 0596270;
64. Certidão - Vinculo com Serviço Público - 0596274;
65. Documento da FUNDAPE - 0596593;
66. Contrato ADMINISTRATIVO Nº 19/2021 - 0596620;
67. Resolução 142/2015/CONSAD/UNIR - 0597126;
68. Portaria Interministerial 191/2012 - 0597220;
69. Despacho PRAD - 0597232;
70. Despacho GAB-UNIR - 0597325;
71. Despacho SEC-PROPLAN - 0597365;
72. Despacho DIRCOF - 0598036;
73. Despacho CPC-DOFC - 0598254;
74. Despacho DIRCOF - 0598292;
75. Ofício 31 - 0598390;
76. E-mail SGR - 0598707;
77. Certidão CONSAD - 0599455;
78. Resolução 300 - 0599591;
79. E-mail CONSAD - 0600774;

80. Despacho SECONS - 0600801;
81. Despacho CamAOF - 0631859;
82. E-mail CamAOF - 0631859;
83. Despacho CamAOF - 0634928;
84. E-mail CamAOF - 0637111;
85. Despacho SEC-PROPLAN - 0638895;
86. Extrato Contrato 19/2021 PROLIND - TED 9739 - 0639050;
87. Extrato Contrato 22/2021 - Saberes Indígenas - TED 9983 - 0639054;
88. Despacho CPC-DOFC - 0639055;
89. E-mail de Reiteração - 0639066;
90. Despacho PRAD - 0639615;
91. Despacho CPC-DOFC - 0640213;
92. E-mail - 0642005;
93. E-mail CADM-JP - 0644962;
94. E-mail - 0650594;
95. Ofício Nº 76/2021/GAT/CGPP/DIFES/SESU-MEC - 0650600;
96. Ofício 108 - 0654156;
97. Despacho SGR - 0654565;
98. E-mail de encaminhamento do Of. 108 - 0656872;
99. E-mail - 0660243;
100. Certificado FGTS - 0660257;
101. Certidão NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 14028/2021 - 0660260;
102. Certidão NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS - 0660262;
103. Certidão Negativa da Receita Federal - 0660267;
104. Certidão Negativa SEFAZ - 0660272;
105. Ofício FUNDAPE Nº 116/2021 - 0660275;
106. Ofício FUNDAPE Nº 106/2021 - 0660288;
107. Resolução Nº 001, de 03 de janeiro de 2020 - 0660295;
108. Despacho SECONS - 0660744;
109. Despacho PRAD - 0661327;
110. Minuta de Ofício 76 - 0663158;
111. Ata CONSAD - 0663203;
112. Relatório FUNDAPE - 0663219;
113. Ofício 130 - 0663322;
114. Protocolo MEC - 0664631;
115. Despacho SEC-PROPLAN - 0670260;
116. E-mail - 0671343;
117. Ofício Nº 92/2021/GAT/CGPP/DIFES/SESU-MEC - 0671346;
118. Ofício FUNDAPE Nº 146/2021 - 0671359;
119. Despacho SGR - 0671367;
120. Despacho SECONS - 0671438;
121. E-mail CamAOF - 0672684;
122. Despacho CamAOF - 0672692;
123. E-mail CamAOF - 0672713;
124. Parecer 5 - 0672915;
125. E-mail FUNDAPE - Relator - 0674790;
126. Despacho Decisório 6 - 0678089;
127. Declaração CamAOF - 0678097;
128. Resolução 331 - 0681997;
129. E-mail SECONS - 0682526;

130. Ata 100ª sessão do CONSAD - 0682527;
131. Despacho SECONS - 0682528;
132. Ofício 150 - 0682686;
133. E-mail - 0682868;
134. E-mail de confirmação de recebimento - 0684821;
135. Ofício 164 - 0695224;
136. E-mail de Resposta do MEC - 0696542;
137. Ofício 167 - 0698341;
138. E-mail de Protocolo SESU - 0698374;
139. Protocolo MEC - 0698386;
140. Relatório de Gestão 2020 - Fundape - 0701154;
141. Resolução Fundape - Relatório de Gestão - 0701160;
142. Resolução UFAC - Relatório de Gestão - 0701162;
143. Portaria Conjunta nº 86 - 0701171;
144. Despacho GAB-UNIR - 0701207;
145. Despacho GAB-UNIR - 0701828;
146. Ofício 175 - 0702803;
147. Despacho SECONS - 0704896;
148. E-mail SECONS - 0706037;
149. Portaria Conjunta DOU Nº 86, DE 23 DE JUNHO DE 2021 - 0711932;
150. Despacho CamAOF - 0716078;
151. E-mail CamAOF - 0716093.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Trata o presente processo de convênio firmado entre a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE e a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, conforme PORTARIA CONJUNTA nº 42 – MEC e MCTI publicada no DOU em 02/05/2019, 0130759.

Salienta-se que tal convênio foi recentemente renovado conforme PORTARIA CONJUNTA Nº 86, DE 23 DE JUNHO DE 2021, devidamente publicada no Diário Oficial da União, 0711932.

A celebração do referido convênio, bem como pedidos de renovação ocorrem com base na Lei nº 8.958/1994 e na PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MCTI nº 191, de 13.03.2012, 0597220.

Tal Portaria em seu art. 5º, inciso I, prevê, *ipsis litteris*, que:

I - Relatório anual de gestão da fundação de apoio, aprovado por seu órgão deliberativo superior e ratificado pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada, dentro do prazo de noventa dias de sua emissão.

Neste sentido faz-se necessário que, pelo Conselho Superior de Administração – CONSAD da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, seja ratificado o Relatório de Gestão de 2020, da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – FUNDAPE, 0701154.

Ressalta-se que, pela Resolução 01 de 24 de maio de 2021, 0701160, o Conselho Curador da FUNDAPE, aprovou o Relatório de Gestão - 2020. De igual modo pela Resolução nº 27, de 27 de maio de 2021, 0701162, o Conselho Diretor da Universidade Federal do Acre, aprova o referido Relatório de Gestão.

Em análise ao supracitado Relatório de Gestão - 2020 da FUNDAPE percebe-se que o mesmo foi construído de forma clara e objetiva, estando a caracterizar a instituição, a sua missão, visão e valores. Descreve sua estrutura organizacional bem como a equipe de gestores. São listadas as instituições apoiadas, entre elas a Universidade Federal de Rondônia. No relato sobre o

gerenciamento administrativo e financeiro apresenta-se as diversas ações realizadas e apoiadas em 2020. A UNIR não teve projetos desenvolvidos em 2020 com apoio da FUNDAPE.

III. CONCLUSÃO

Feita a devida análise, sou de parecer **FAVORÁVEL** em Ratificar o Relatório Anual da FUNDAPE de 2020.

S.M.J. é o Parecer, o qual submeto à apreciação superior.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE OTAVIO VALIANTE, Conselheiro(a)**, em 19/07/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0717770** e o código CRC **F7420B55**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

DESPACHO DECISÓRIO Nº 16/2021/CAMAOF/CONSAD/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 99991580.000027/2018-99

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



Conselho Superior de Administração (CONSAD)
Câmara de Administração, Orçamento e Finanças (CamAOF)

A ser apreciado pela Presidência dos Conselhos Superiores

Parecer	13/2021/CAMAOF/CONSAD/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
Assunto	Convênio UNIR-FUNDAPE - Relatório Anual de Gestão 2020
Relator(a)	Conselheiro José Otávio Valiante

Decisão:

Na 88ª sessão ordinária, em 16/08/2021, por unanimidade, a câmara acompanha o parecer em tela, cujo relator é "**FAVORÁVEL** em Ratificar o Relatório Anual da FUNDAPE de 2020".

Conselheiro Erasmo Moreira de Carvalho
Presidente da CamAOF



Documento assinado eletronicamente por **ERASMO MOREIRA DE CARVALHO, Presidente**, em 18/08/2021, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

DECLARAÇÃO

Considerando o artigo 22 do regimento interno do Conselho Superior de Administração (CONSAD), HOMOLOGO o parecer de nº 13/2021/CAMAOF/CONSAD/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (0717770) e o Despacho Decisório de nº 16/2021/CAMAOF/CONSAD/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (0740626) contidos no processo em tela.

Conselheira Marcelle Regina Nogueira Pereira
Presidente do CONSAD



Documento assinado eletronicamente por **MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA, Presidente**, em 19/08/2021, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0740632** e o código CRC **969F2B65**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 350, DE 06 DE SETEMBRO DE 2021

Ratifica relatório de gestão da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (FUNDAPE) / 2020.

O Conselho Superior de Administração (CONSAD), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 99991580.000027/2018-99;
- Portaria Conjunta nº 30 do MEC/MCTIC, de 18 de março de 2020 (0404641);
- Portaria Conjunta nº 86 do MEC/MCTIC, de 23 de junho de 2021 (0701171);
- Portaria Interministerial nº 191/2012/MEC/MCTIC, art. 5º, inciso I;
- Parecer 13/2021/CAMAOF/CONSAD/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do conselheiro José Otávio Valiante (0717770);
- Deliberação na 88ª sessão da Câmara de Administração, Orçamento e Finanças (CamAOF), em 16/08/2021 (0740626);
- Homologação pela presidência do CONSAD 0740632;
- Deliberação na 103ª sessão ordinária do CONSAD, em 02/09/2021 (0749357).

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar o relatório anual de gestão da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (FUNDAPE) de 2020, constante no documento 0701154 e anexo à esta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheira Marcelle Regina Nogueira Pereira

Presidente do CONSAD



Documento assinado eletronicamente por **MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA, Presidente**, em 10/09/2021, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0752978** e o código CRC **09C5FD44**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 349, DE 06 DE SETEMBRO DE 2021

Regulamenta a curricularização das atividades de extensão na UNIR

O Conselho Universitário (CONSUN) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso no uso de suas atribuições e considerando:

- O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988;
- A concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- A Estratégia 12.7, da Meta 12 do novo Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024), que assegura no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014);
- A Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras apresentado no XXVI Encontro Nacional FORPROEX (Rio de Janeiro, RJ - 2009) e aprovado no XXXI Encontro Nacional em Manaus;
- A Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Educação, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024;
- A Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020, que adicionou um ano ao prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), passando para dezembro de 2022 o período limite para a conclusão do processo de curricularização por parte das IES.
- O objetivo de implantar a curricularização da extensão nos cursos da UNIR, conforme previsto no PDI 2019-2024 da UNIR (fls. 253);
- A Política de Extensão Universitária da UNIR ([Resolução nº 111/2019/CONSEA, de 29 de agosto de 2019](#));
- Recurso do Conselho do Núcleo de Ciências Humanas (0647268), por intermédio da Conselheira Walterlina Barboza Brasil (0645073) contra a Resolução 309/2021/CONSEA, de 31 de março de 2021 (0637253);
- Despacho em conjunto (0671767) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROCEA).
- Parecer nº 2/2021/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do Conselheiro José Juliano Cedaro (0693025);
- Despacho decisório 3/2021/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (0752509);

- Ato decisório 3/2021/CONSUN (0752820);
- Deliberação na 128ª sessão Plenária do CONSUN, em 02/09/2021 (0751956).

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a política de curricularização das atividades de extensão da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), nos termos em anexo.

Art. 2º Revogar a [Resolução 309/2021/CONSEA, de 31 de março de 2021](#) (0637253).

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor em 01/10/2021.

Conselheira Marcelle Regina Nogueira Pereira

Presidente do CONSUN



Documento assinado eletronicamente por **MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA, Presidente**, em 13/09/2021, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0752865** e o código CRC **D9411E78**.

ANEXO DA RESOLUÇÃO 349/2021/CONSUN, DE 06 DE SETEMBRO DE 2021**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)****CAPÍTULO I****DO OBJETIVO**

Art. 1º A curricularização das Atividades de Extensão é obrigatória e deverá fazer parte de todos os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de graduação da UNIR, no percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga-horária total, registradas em hora-relógio.

CAPÍTULO II**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução serão consideradas as seguintes definições:

I- Curricularização da extensão ou creditação curricular: inserção das atividades de extensão durante a formação do(a) estudante como componente curricular obrigatório para a integralização do curso no qual esteja matriculado(a), correspondendo no mínimo a 10% (dez por cento) da carga horária total, devendo ser realizadas por meio de programas, projetos de extensão, cursos e eventos;

II- Componentes curriculares: formas de organização de conteúdo por meio de disciplinas, estágios, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Curriculares Complementares (ACC) e Atividades Curriculares

de Extensão;

III- Carga horária total: soma das horas dos componentes curriculares previstos nos Projetos Pedagógicos de cada curso de graduação, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e as normas internas da UNIR;

IV- Atividades Curriculares de Extensão (ACEX): É um componente curricular que não se confunde com disciplina, que deverá constar nos Projetos Pedagógicos de todos os cursos de graduação da UNIR, de caráter obrigatório para os estudantes desse nível de ensino;

V- Protagonismo discente: participação ativa dos estudantes em quaisquer etapas de ações extensionistas junto à sociedade, proporcionando uma interação dialógica entre os saberes e buscando o empoderamento na sociedade e uma formação profissional mais humanizada e mais consciente sobre as demandas e problemas sociais.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES

Art. 3º As atividades de extensão previstas nos Projetos Pedagógicos de Cursos deverão ter as seguintes diretrizes:

I- Interação dialógica entre a universidade e os setores sociais, marcada pela troca de saberes, participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II- Interdisciplinaridade;

III - Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

IV- Impacto na formação integral do discente;

V- Impacto na transformação social.

Art. 4º A sistematização e integração das atividades de extensão deverão estar previstas institucionalmente em programas estruturados ou por projetos, classificados em áreas de conhecimento, tendo por base as definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de acordo com o objeto ou assunto focado na ação pelas seguintes áreas temáticas:

I- Comunicação;

II- Cultura;

III- Direitos Humanos e Justiça;

IV- Educação;

V- Meio ambiente;

VI- Saúde;

VII- Tecnologia e Produção;

VIII- Trabalho.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACEX)

Art. 5º As atividades de extensão de que trata esta Resolução serão registradas e computadas como componente curricular no sistema de gestão acadêmica da UNIR como “ACEX” e constará no Histórico de cada estudante.

Art. 6º Somente poderão ser aceitos para fins de creditação as ações de extensão da UNIR que estiverem institucionalizadas junto à Procea ou em outra Instituição de Ensino Superior/IES devidamente credenciada, seguindo-se a legislação vigente.

§1º Para serem creditados como ACEX os cursos, eventos, produtos e prestação de serviços deverão estar vinculados a uma ação de extensão institucionalizada na UNIR ou em outra IES.

§2º Para a creditação das atividades de extensão como ACEX os discentes deverão ser protagonistas ou participantes ativos em uma ou mais etapas, ou seja, não serão creditadas como ACEX a participação passiva de estudantes em eventos ou em cursos como espectadores/ouvintes.

§3º A análise e o registro das ACEX dos discentes serão de responsabilidade do chefe de departamento ou servidor por ele designado, conforme capacidade operacional da unidade e possibilidade técnica do sistema de gerenciamento acadêmico da UNIR.

CAPÍTULO V

DA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO CURRICULAR

Art. 7º Caberá ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso avaliar o PPC para definir e regulamentar as atividades de extensão na matriz curricular, observando as normas vigentes e os seguintes critérios:

I- Atividades de extensão que se caracterizem por intervenções junto às comunidades externas à UNIR e nas quais ocorra a participação do discente como protagonista, de forma a contribuir para a sua formação;

II- Articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa;

III- Cumprimento de no mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária do curso, não implicando no aumento da carga horária total;

IV- Participação dos docentes responsáveis pela coordenação, supervisão, orientação e acompanhamento das atividades;

V- Avaliação, aceite e registro da ACEX no sistema de gestão acadêmica;

VI- Contínua auto avaliação das atividades de extensão, que devem focar:

- a) no aperfeiçoamento de suas diretrizes;
- b) na contribuição dessas ações para o cumprimento dos objetivos do PPC;
- c) na demonstração dos resultados alcançados.

Art. 8º Os cursos de graduação deverão disponibilizar atividades de extensão suficientes de forma que possibilitem ao discente cumprir o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária do curso.

§1º As atividades de extensão deverão estar organizadas e oferecidas semestralmente, de forma que oportunize ao discente completar o total de carga horária exigida.

§2º As atividades de extensão devem ser oferecidas preferencialmente ao estudante no seu turno de estudo.

§3º A UNIR deverá garantir condições para que os discentes com deficiência desenvolvam as ações de extensão e, havendo situações específicas, deverão ser remetidas primeiramente aos respectivos Conselhos Departamentais.

Art. 9º A carga horária a ser contabilizada como extensão será aquela que o estudante comprovar por meio de certificado sua participação na ação extensionista, no qual deverá constar a carga horária da atividade cumprida.

Art. 10 Nos cursos de graduação na modalidade de Ensino a Distância (EaD) as atividades de extensão devem ser realizadas preferencialmente de forma presencial e no município abrangido pelo polo de apoio no qual o estudante esteja matriculado, observando as regulamentações específicas definidas pelo MEC.

Art. 11 Os cursos de pós-graduação também poderão, a seu critério, inserir os componentes de atividades de extensão nas suas estruturas curriculares.

CAPÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 12 Todos os cursos de graduação da UNIR deverão atualizar seus respectivos Projetos Pedagógicos para atender as normativas que fundamentam esta Resolução.

§1º A curricularização da extensão é obrigatória para os novos estudantes ingressantes na UNIR, sob a vigência dos PPC alterados em função desta Resolução.

§2º Caberá ao NDE de cada curso propor um plano de adaptação para os estudantes que estiverem em atividades quando ocorrer a mudança do PPC, incluindo os que vierem a ser reintegrados ou transferidos, definindo se passarão por creditação de extensão para a conclusão do curso, ou se deverão cumprir as exigências do PPC anterior sem a curricularização da extensão.

§3º A PROCEA e PROGRAD ficam responsáveis por soluções de extensão para os cursos da UNIR que não conseguirem cumprir a resolução.

Art. 13 As atividades de extensão poderão ocorrer no formato remoto desde que haja amparo por normativas do MEC e condições técnicas para serem desenvolvidas.

Art. 14 A PROCEA e a PROGRAD elaborarão uma Instrução Normativa para regulamentar a operacionalização das ACEX em até 90 (noventa) dias depois da publicação desta Resolução.

Art. 15 Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação deverão ser atualizados para atender esta Resolução e aprovados no CONSEA até o dia 19 de dezembro de 2022, salvo a publicação de nova regulamentação sobre o assunto pelo MEC.

Art. 16 Os casos omissos sobre a curricularização da extensão, não previstos nesta Resolução, serão resolvidos pela PROCEA ou pela PROGRAD, conforme competência regimental, ou pelo CONSEA.